

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE IÚNA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JÉSSICA VITAL RIBEIRO

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS E O ENFRENTAMENTO A
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRUPI-ES**

**IÚNA-ES
2023**

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE IÚNA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JÉSSICA VITAL RIBEIRO

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS E O ENFRENTAMENTO A
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRUPI-ES**

**IÚNA-ES
2023**

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS E O ENFRENTAMENTO A POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRUPI-ES.

Jéssica Vital Ribeiro¹

Renata de Souza Ribeiro Paiva²

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como temática a atuação do assistente social no CRAS e o enfrentamento a pobreza e vulnerabilidade social no município de Irupi-ES, para isso é preciso compreender a definição de ambas. Atualmente a pobreza no Brasil é um fenômeno histórico que vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. Sendo assim para enfrentar esse problema é primordial compreender sobre a origem da profissão do Serviço Social no mundo e no Brasil, dispendo suas lutas até os dias atuais, e como o Assistente Social pode ajudar no combate à pobreza e a vulnerabilidade social. Sendo assim o objetivo geral desse projeto compreender a atuação do Assistente Social no CRAS de Irupi-ES e os específicos compreender o conceito de vulnerabilidade social e pobreza, atuação do Assistente Social no enfrentamento a vulnerabilidade e a pobreza. Diante desses objetivos foi necessário abordar dados dos últimos 3 anos do município de Irupi-ES no que diz a respeito à pobreza e vulnerabilidade social e para se ter uma resposta fidedigna elaborou-se questionário no google forms a respeito dos serviços ofertados pelo CRAS do município e percebeu-se que existem vários programas e benefícios para o enfrentamento da pobreza e vulnerabilidade social no município, porém por não ser divulgado em tal intensidade, muito desses programas não são reconhecidos pela população tais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Palavras-chave: Pobreza e Vulnerabilidade. Irupi-ES. Assistente Social. CRAS. PAIF.

¹ Rede de Ensino Doctum – Unidade de Iúna – jessicavitalribeiro13@gmail.com– graduanda em Serviço Social

² Rede de Ensino Doctum – Unidade de Vitória – prof.renata.paiva@doctum.edu.br – (Orientadora do trabalho)

THE WORK OF THE SOCIAL WORKER IN CRAS AND ADDRESSING POVERTY AND SOCIAL VULNERABILITY IN THE MUNICIPALITY OF IRUPI-ES.

ABSTRACT

This course conclusion work has as its theme the role of social workers in CRAS and combating poverty and social vulnerability in the municipality of Irupi-ES, for this it is necessary to understand the definition of both. Poverty in Brazil is currently a historical phenomenon that has been growing significantly in recent years. Therefore, to face this problem, it is essential to understand the origins of the Social Work profession in the world and in Brazil, explaining its struggles to the present day, and how Social Workers can help in the fight against poverty and social vulnerability. Therefore, the general objective of this project is to understand the role of the Social Worker at CRAS in Irupi-ES and the specific objective is to understand the concept of social vulnerability and poverty, the role of the Social Worker in confronting vulnerability and poverty. In view of these objectives, it was necessary to address data from the last 3 years in the municipality of Irupi-ES with regard to poverty and social vulnerability and to obtain a reliable answer, a questionnaire was prepared on Google Forms regarding the services offered by the municipality's CRAS. and it was noticed that there are several programs and benefits to combat poverty and social vulnerability in the municipality, but because they are not publicized to such an extent, many of these programs are not recognized by the population, such as the Family Protection and Comprehensive Assistance Service – PAIF and Coexistence and Bond Strengthening Service – SCFV.

Keywords: Poverty and Vulnerability. Irupi-ES. Social Worker. CRAS. PAIF.

GRÁFICOS

Gráfico 1: Famílias em estado de extrema pobreza no município de Irupi-ES: Fonte: Dados obtidos na pesquisa.	26
Gráfico 2: Idade dos participantes da pesquisa.....	27
Gráfico 3: Estado Civil dos participantes da pesquisa.....	27
Gráfico 4: Participantes da pesquisa que tem filhos.....	27
Gráfico 5: Renda Mensal dos participantes.....	28
Gráfico 6: Pergunta sobre o Cadastro único se os participantes sabem o que é o cadastro único.....	28
Gráfico 7: Se os participantes sabem o público alvo do Cadastro Único.	29
Gráfico 8: Participantes sabem onde fica localizado o Centro de Referência de Assistente Social(CRAS) no município de Irupi-ES.....	29
Gráfico 9: Benefícios ofertado pelo CRAS.	30
Gráfico 10: Quais Programas de Proteção Básica que os participantes da pesquisa conhecem.....	30
Gráfico 11: Participantes da pesquisa que participa de algum dos programas do gráfico 10.....	31
Gráfico 12: Participantes conhecem alguma família que vive em estado de pobreza ou vulnerabilidade social.	32
Gráfico 13: Participantes que procuraram Assistente Social para ajudar as famílias que vivem na pobreza ou em vulnerabilidade social.	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 SERVIÇO SOCIAL.....	9
2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	9
2.2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	10
2.3 PRINCIPAL ATRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	12
2.4 POLITICA NACIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL-PNAS.....	14
3 AS DEMANDAS DO CRAS	17
3.1 PROGRAMAS DO CRAS DE IRUPI-ES NO ENFRENTAMENTO A POBREZA E VULNERABILIDADE	19
3.2 FAMÍLIAS EM ESTADO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	21
3.2.1 FAMÍLIAS ESTADO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL EM IRUPI- ES.....	25
4 RESULTADOS.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Para melhor compreender a temática desse projeto de pesquisa é necessário discorrer sobre a função do Assistente Social e compreender quais são as suas obrigações e deveres. Entretanto, esse trabalho de conclusão de curso vai compreender sobre a atuação do assistente social no CRAS de Irupi-ES no enfrentamento a pobreza e vulnerabilidade social.

À vista disso, é indispensável discorrer sobre o que é a pobreza e a vulnerabilidade, para Pessanha (2022) a pobreza é o estado em que um indivíduo não consegue obter o acesso aos meios necessários para sua manutenção. A situação de privação que atinge numerosas pessoas no mundo pode ser percebida de forma contundente em diferentes contextos, já para Sposati (2009), estar em situação de vulnerabilidade social não significa, necessariamente, estar na linha da pobreza. Esta agrava as situações de vulnerabilidade, os riscos e as fragilidades, mas não se pode apontar que vulnerabilidades, riscos e fragilidades existem por causa da pobreza.

De acordo com G1(2022) o Estado do Espírito Santo possui uma população de 3.975.100(três milhões novecentos e setenta e cinco mil e cem) habitantes do qual 3% a 6% vivem em estado de pobreza, sendo assim percebe-se que temos entre 119.253 a 238. 506 habitantes que vivem em estado de pobreza, número alarmante em se pensando no tamanho do Estado.

Sabendo-se desse agravante no que diz a respeito da pobreza e vulnerabilidade social no estado do Espírito Santo, carecemos de discorrer que esse trabalho observou-se o município de Irupi-ES, mesmo sendo um município pequeno possui famílias neste estado de pobreza e vulnerabilidade e uma das principais motivos é devido à falta de serviço dentro do município, onde a principal fonte de renda é o cultivo do café, no entanto, o CRAS do município oferta programas e benefícios para o enfrentamento da pobreza, porém muitos não sabem tais programas e é necessário alertá-los, devido esse fator é primordial o assistente social.

Consequente, esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral compreender a atuação do Assistente Social no CRAS de Irupi-ES e os específicos tem-se de compreender o conceito de vulnerabilidade social e pobreza e atuação do Assistente Social no enfrentamento a vulnerabilidade e a pobreza.

Portanto, esse trabalho tem uma relevância para comunidade importante, uma vez que vem retratar a respeito da pobreza e vulnerabilidade social, já para o meio

acadêmico é consegue compreender como assistente social que trabalha no Centro de Referência de Assistência Social ajuda no enfrentamento de ambas.

Conseqüentemente, esse trabalho tem como metodologia pesquisa bibliográfica e também possui natureza qualitativa que segundo Kniess(2022) é um método de investigação científica que tem como principal característica a análise de poucos casos de maneira bastante aprofundada, diante disso, elaborou-se 12 questionários através da plataforma *Google Forms*, procurando saber sobre os programas ofertados pelo CRAS de Irupi-ES.

Destarte, esse trabalho foi dividido em cinco capítulos, onde no primeiro foi necessário explanar a respeito do serviço social desde dos primórdios focando-se também na institucionalização no Brasil, destacando as suas atribuições, no terceiro capítulo buscou referenciar o CRAS e suas demandas, serviços e os programas ofertados pelo município de Irupi-ES no enfrentamento à pobreza e vulnerabilidade social, no quarto capítulo buscou reportar-se os dados obtidos na pesquisa qualitativa a respeito das famílias em estado de pobreza e vulnerabilidade social no município.

2 SERVIÇO SOCIAL

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Neste momento faz necessário contextualizar o início do serviço social no mundo, ou seja, sua origem, sendo assim Costa (2016) afirma que a “Assistência” é uma prática das mais antigas entre os seres humanos.

Segundo Carvalho (2008) A prática da assistência ao outro está presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos, não se limitando nem à civilização judaico-cristã, nem às sociedades capitalistas. Sob a ótica da solidariedade social, pobres, viajantes, incapazes e doentes eram alvos de ações que assumiram formas variadas nas diferentes sociedades, sempre motivadas pela compreensão de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia

Diante disso o Portal da Educação (2022) afirma que o Serviço social teve suas origens dentro da Igreja Católica e visava preparar a grande massa operária para a o capitalismo industrial, período este chamado de “conservador”. Dessa forma, o objetivo era preparar essa população para sistema sócio – econômico – político da época.

Segundo Oliveira e Chaves (2017), o Serviço Social, como profissão institucionalizada, configura-se no cenário mundial a partir da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, quando se caracteriza de forma mais evidente e abrangente a questão social, bem como formas de organização da classe trabalhadora, que contextualizam o surgimento de movimentos especialmente europeus de ação social, cuja finalidade era a difusão de ideias políticas.

Sendo assim Freitas (2018), diz que até a primeira metade do século XX, mais precisamente na década de 1930, a “questão social” era tratada como caso de polícia por meio de práticas de repressão e violência. Tal período foi marcado por um forte rebaixamento salarial; existência de crianças operárias submetidas a castigos físicos; formação de uma massa de trabalhadores vivendo em péssimas condições de higiene e segurança; todas essas mazelas são fruto de um conjunto de crises na indústria que alavancava os índices de desemprego e pauperismo e seus corolários.

Segundo Bezerra et al (2013) Indubitavelmente o aparecimento da questão social está ligado à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre. Tratando-se

agora de uma sociedade capitalista, com um mercado regido por relações dominadas pelo controle do capital; tem-se como personagens principais o capitalista que exerce o domínio nesta relação social de produção, por ser o dono dos meios de produção, e o proletariado, proprietário da sua força de trabalho, que tornada agora mercadoria precisa ser vendida ao capitalista, para que o proletário possa garantir a sua sobrevivência

Dessa forma Iamamoto e Carvalho (2009) diz:

O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeita a autoridade absoluta – muitas vezes paternalistas- de patrões e mestres. (IAMAMOTO E CARVALHO,2009. p.129)

Segundo Costa (2016), no século XXI, encorajadas pelas Igrejas Católica e Protestante, a profissão Assistente Social teve seu início na Europa. A princípio como ferramenta de controle social através de ações caridosas. E nesse contexto, surgiram às damas de caridade, que eram senhoras religiosas e ricas da época que se dedicaram a fazer ações beneficentes aos pobres, entretanto Silva (2013) afirma que nessa época não era observado que as situações de extrema pobreza eram ocasionadas a partir da não intervenção do Estado.

De acordo com Silva (2012), o Serviço Social era visto como uma profissão meramente tecnicista, onde os assistentes sociais eram interpretados como meros executores de atividades em seus espaços de trabalho, hoje podemos visualizar as nítidas modificações em meio ao Serviço Social. Cabe ao profissional a competência e capacidade de entender a realidade a qual o sujeito é submetido, assim a intervenção através de sua atuação se dá a partir do caráter crítico subsidiado pela relação do conhecimento com a mobilidade.

2.2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Segundo Eugênio e Gonzaga (2019) O Serviço Social surgiu a partir de 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no Brasil. Na época a profissão estava relacionada a articulação dos poderes dominantes como: burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, igreja católica e Estado Vargas. O objetivo era controlar as insatisfações populares dos trabalhadores e frear qualquer possibilidade de reivindicação.

Oliveira e Silva (2016) complementam que o Serviço Social Brasileiro no ano de 1930, veio para intervir junto a classe trabalhadora, a partir das transformações sociais, políticas e econômicas da época, ligado diretamente à Igreja Católica.

De acordo com Oliveira e Chaves (2017), em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado para a formação técnica especializada, a partir do qual surgiu a primeira Escola de Serviço Social na PUC de São Paulo, em 1936, vinculada inicialmente à Ação Social, com formação baseada na doutrina social da Igreja Católica. Nesse contexto, destacam-se movimentos como, por exemplo: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro, e em 1940, a terceira no Recife.

Os mesmos autores ainda afirmam que a perspectiva de ação para o Serviço Social, nesse primeiro momento, é bem delimitada, restringindo-se ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial.

Ainda segundo o Portal da Educação (2022) nessa época o Brasil vivia um processo incipiente de industrialização de importações, num contexto de capitalismo dependente e agroexportador. No período de 1930 a 1935, o governo brasileiro sofre pressões da classe trabalhadora, que é então controlada através da criação de organismos normatizadores e disciplinares das relações de trabalho, em especial através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Sendo assim Iamamoto e Carvalho (2005) diz:

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005 p.27)

Para Moraes (2021), o Serviço Social brasileiro, desde seu início, em 1936 até a década de 1960, teve a característica de ser uma profissão de cunho tradicional e conservador devido às concepções que lhe serviram de suporte neste período utilizando a doutrina social da Igreja Católica e o neotomismo, entre 1936 e 1940, a teoria positivista e a psicologia no período entre 1940 e 1960.

Para Silva (2012) a história da Assistência Social Brasileira é construída através de uma trajetória da caridade, assim conseguindo-se observar o aprimoramento das

políticas sociais, porém os desafios postos na profissão na atual conjuntura, são as novas modalidades que configuram no “mundo do trabalho” acarretando mudanças e novas condições de trabalho, vindo das necessidades sociais alocadas pelo mercado de trabalho, pois a política da assistência vem ganhando um grande espaço na sociedade.

Entretanto Netto (2007) menciona:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à "evolução da ajuda", à "racionalização da filantropia", nem à "organização da caridade"; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. Na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional. [...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas (NETTO, 2007, p. 69-70)

Sendo assim Oliveira e Silva (2016) afirmam:

A assistência social até o ano de 1988, tinha suas ações realizadas de forma assistencialista e seletiva, onde passou a ser tratada constitucionalmente como direito a partir da Constituição Federal de 1988, também denominada “Constituição Cidadã”, significou um grande avanço para a conquista da democracia no país, pois estabeleceu princípios democráticos, reconhecendo em seu texto, direitos políticos, civis e sociais, além de ser considerada um marco fundamental, nesse processo de reconhecimento da assistência social, como política pública, pois, somente a partir desta, a assistência Social foi inserida na política de seguridade social como: “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência”.(OLIVEIRA E SILVA, 2016. p. 37-38)

Para Gimenez (2017) A política social inserida no Brasil teve maior reconhecimento após a carta de 1988, haja vista a busca em beneficiar a população mais pobre do país com benefícios compensatórios para manter as pessoas, ao menos, com o mínimo do básico. Além disso, a economia do país também ganha, pois estaria tendo giro econômico.

2.3 PRINCIPAL ATRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Para Ferreira (2023) Assistente Social é o profissional responsável por atuar no combate às desigualdades da sociedade. As suas incumbências envolvem o planejamento e a execução de políticas públicas e de programas sociais que possam proporcionar o bem-estar e a integração do indivíduo na sociedade. Exclusão social, habitação, gênero, fome, menores abandonados e população penitenciária são algumas de suas principais preocupações. O profissional é formado para analisar,

bem como acompanhar e sugerir soluções que melhorem as condições de vida das pessoas envolvidas em situações de desigualdade social.

O Serviço social é uma profissão que tem por base a intervenção social, lidando diretamente com as expressões da questão social. Definida como as junções das expressões das desigualdades sociais vivenciadas pela sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

A profissão é regulamentada pela Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, onde estabelece competências e atribuições do Assistente Social norteando o trabalho do profissional. Além dessa lei o Serviço Social possui o seu código de ética que pauta a conduta profissional, dessa forma o Serviço Social luta pela efetivação dos direitos sociais e políticas públicas.

“O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas.”
IANAMOTO 2007 p.27).

Para Eugênio e Gonzaga (2019) a assistência social começa a ganhar novas formas e passa a ser discutida como um direito do cidadão, forçando o Estado a romper com a lógica da caridade e da benemerência para assumir a sua responsabilidade. As mobilizações democráticas exigiram práticas inovadoras na área social dá-se início a uma intensa discussão a respeito da formulação das políticas públicas de assistência social.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988 no que diz a respeito dos direitos básicos garantidos a todos cidadãos.

Artigo 203: A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I -a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II -o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III -a promoção da integração ao mercado de trabalho

IV -a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V -a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2.4 POLITICA NACIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL-PNAS

A primeira Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 1998, após cinco anos da regulamentação da LOAS, mas apresentou-se de forma insuficiente. Somente passadas duas décadas da aprovação da LOAS é que a Política Nacional de Assistência Social foi efetivamente aprovada (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

Como forma de organização a PNAS será orientada segundo as seguintes diretrizes baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS.

- I. Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio territoriais locais;
- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004).

A PNAS possibilita explicitar e tornar claras as diretrizes que vão efetivar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, possuindo um modelo de gestão compartilhado, tendo suas atribuições e competências realizadas nas três esferas do governo. Ela reafirmar a necessidade de articulação com outras políticas e indicar que as ações a serem realizadas devem ser feitas de forma integrada para o enfrentamento da questão social (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

O Sistema de proteção social segundo a PNAS divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade. A Proteção Social Básica vai destinar-se a famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivo prevenir situações de risco social através do desenvolvimento de

potencialidades e aquisições e por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento e socialização das famílias, buscando incluir pessoas com deficiência, e inseri-las nas ações ofertadas (PNAS, 2004).

Compõe a proteção social básica os benefícios de prestação continuada e os benefícios eventuais. Os benefícios eventuais são destinados a famílias e indivíduos impossibilitados de arcar por conta própria com as situações de vulnerabilidade e riscos temporários advindos de nascimento ou morte de familiares. Outros benefícios eventuais podem ser criados, com a finalidade de atender às vítimas de calamidade pública, exemplos de benefícios eventuais são: o Auxílio natalidade e funeral. Dentre os programas da proteção social básica destacam-se o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), que tem como função a proteção das famílias, promovendo o acesso aos direitos e fortalecendo os vínculos familiares (PNAS, 31 2004), e o Programa Bolsa Família (PBF) que na atualidade está entre um dos principais programas de transferência de renda do governo. Criado em 2003. O programa faz parte do Fome Zero, que visa assegurar o direito à alimentação, procurando promover a segurança alimentar e contribuindo para a erradicação da fome, este programa está voltado para famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza.

De acordo com Brasil (2023) O novo modelo garante justiça social ao diminuir as disparidades de repasses per capita que existiam dentro do programa anterior, além de tratar com atenção especial a primeira infância, as gestantes, crianças e os adolescentes, além de regras de proteção e retorno garantido, com estímulo ao emprego e ao empreendedorismo.

Torres (2023), complementa dizendo que o Novo Bolsa Família É um programa de transferência de renda e combate à fome, tem por finalidade diminuir as desigualdades sociais. O novo programa substitui o Auxílio Brasil, do governo anterior, e estabelece o valor mínimo de R\$ 600,00 para as famílias cadastradas, com um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Além disso, haverá valor extra de R\$ 50,00 para cada dependente entre 7 e 18 anos e para gestantes.

Os serviços de média complexidade serão prestados nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), para a família e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda possuem seus vínculos familiares mantidos. São realizados serviços de orientação e apoio sócio-familiar, plantão social, abordagem na rua, dentre outros serviços. A diferença entre a Proteção Social

Especial de Média Complexidade para a Proteção Social Básica é que esta última se destina a um atendimento que se dirige as situações de violação de direitos.

Os serviços de alta complexidade garantem a proteção integral dos indivíduos, como moradia, alimentação, trabalho protegido para as famílias e para aqueles que se encontra em situação de ameaça e afastados do núcleo familiar. A PNAS trouxe novos avanços para a assistência social, além disso, ela colaborou significativamente para a construção e implementação do SUAS no ano seguinte a sua aprovação. O SUAS, assim com a PNAS, tem importantes contribuições para o campo da assistência social.

Ainda, em se tratando de avanços conquistados no campo da assistência social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, tem-se a construção do Sistema Único de Assistência Social que representou uma grande mudança para a área no país. O marco inicial para a implementação do SUAS é julho de 2005, ocasião em que foi aprovada, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). O SUAS é um sistema, descentralizado e participativo que organiza os elementos contidos na Política Nacional de Assistência Social. Esse sistema vai apontar para um romper com o assistencialismo, com ações fragmentadas e interesses eleitoreiros características bem marcantes presentes na assistência social por longos e longos anos.

segundo a PNAS (2004), o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas.

3 AS DEMANDAS DO CRAS

Para melhor conceituar a respeito do CRAS, carecemos discorrer a respeito dele, de acordo com Brasil (2019), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

Os CRAS são unidades públicas estatais descentralizadas da política de assistência social, responsáveis pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. O CRAS é considerado “a porta de entrada” do SUAS, pois é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social da assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009).

De acordo com a Resolução nº 109 de 2009 os serviços sócios assistenciais têm suas tipificações organizadas por níveis de complexibilidade do SUAS, dessa forma fica-se dividido da seguinte forma, proteção social básica, proteção social especial de média e alta complexibilidade.

Sendo assim define-se o serviço de proteção social básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Segundo a Tipificação dos Serviços Socio Assistenciais (2014, p. 13) os usuários do CRAS são:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: - Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social

Ainda levando em conta a tipificação determina os seguintes objetivos do trabalho do CRAS:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; - Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (TIPIFICAÇÃO, 2014, p.13)

Para Begnami (2019). O Serviço Social no CRAS- Centro de Referência da Assistência Social tem por finalidade acompanhar as famílias, sendo de sua responsabilidade, fomentando e buscando realizar as articulações com a rede socioassistencial presente no seu território de abrangência, além de realizar os encaminhamentos necessários a essa rede através de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Dessa forma Costa (2016) afirma que o assistente social trabalha-se principalmente toda a orientação às famílias e o repasse de seus direitos, identificação dos que precisam de acompanhamento sistemático e continuado, por equipes técnicas e qualificadas para tal, para que possam fazer a retomada de seus projetos

de vida e de resgate de autoestima, descoberta de suas potencialidades, possibilitando assim a reconquista de um protagonismo e participação cidadã.

Diante disso Oliveira e Silva (2016) complementam dizendo que o Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social atua como interventor na aplicação efetiva das diferentes ações previstas pela política socioassistencial.

Sendo assim o trabalho do CRAS deve contribuir para:

Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS; - Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS; - Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; - Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS (TIPIFICAÇÃO, 2014, p.13).

3.1 PROGRAMAS DO CRAS DE IRUPI-ES NO ENFRENTAMENTO A POBREZA E VULNERABILIDADE

Neste tópico é de suma importância destacar que o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. (BRASIL, 2019).

Costa (2017) Corroborando dizendo que o CRAS trabalha principalmente toda a orientação às famílias e o repasse de seus direitos, identificação dos que precisam de acompanhamento sistemático e continuado, por equipes técnicas e qualificadas para tal, para que possam fazer a retomada de seus projetos de vida e de resgate de autoestima, descoberta de suas potencialidades, possibilitando assim a reconquista de um protagonismo e participação cidadã.

Diante desse pressuposto citado acima o CRAS de Irupi-ES, é um órgão público com objetivo de ser porta de entrada da assistência social, o município de Irupi é considerado de pequeno porte 1, portanto possui apenas um CRAS como considerado uma referência para população local e também para os serviços setoriais, responsável por ofertar serviços, programas e na prevenção de situação de risco e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, trabalhando as potencialidades e a emancipação dos indivíduos.

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o PAIF (Programa de Serviço de Proteção e atendimento Integral a Família), contudo também são ofertados outros serviços e benefícios tais como: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo,

Cad Único, BPC-Loas, Carteirinha do Idoso, Concessão de Benefícios Eventuais tais como: Cesta Básica, Auxílio Funeral e Auxílio Natalidade, o CRAS do município de Irupi-ES foi fundado em setembro de 2009.

Após qualificar o CRAS e o programa carecemos de discorrer a respeito dos objetivos dos programas ofertados, sendo assim, o PAIF, tem como objetivo prevenir situações de riscos no território onde vivem as famílias em situação de vulnerabilidade social por meio do desenvolvimento de potencialidades, inserir na rede de proteção social e promover meios necessários para fortalecer o vínculo efetivo familiares comunitário prestar serviços continuados de prestação social básica de assistência social para as famílias por meio do PAIF, tais como acolhimento, acompanhamento em serviços sócios educativos, encaminhamento para a rede de proteção social, orientação na garantia dos seus direitos de cidadania.

O público alvo do PAIF são famílias em situação de vulnerabilidade social, são de prioridade para o atendimento aos beneficiários que atendem aos critérios participação de transferência de renda e benefícios assistenciais pelo BPC e pessoas idosas em situações de risco e fragilidade.

O PAIF tem suas ações desenvolvidas por meio do trabalho que elabora projetos para a implementação nos grupos, busca esses usuários em suas realidades de vulnerabilidade, trabalhando de forma protetiva e educativa. Por meio desse trabalho social com as famílias aprendendo as origens, o enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas, contribuindo para a sua proteção de forma integral.

O PAIF ganha dimensão de serviços e oferta de trabalho com as famílias e torna-se um programa que tem continuidade pois o através da assistência social, as famílias passam a integrar a rede de serviços e de projetos desenvolvidos no CRAS, dessa forma participam dos programas e ações desenvolvidas tais como:

- auxílio Brasil;
- campanha do agasalho, cobertores e roupas de inverno;
- auxílio natalidade e auxílio funeral;
- grupo de idosos;
- grupo de gestantes
- grupo de famílias;
- ações sócio educativas;
- acompanhamento das famílias que recebem cesta básica.

Um dos desafios é atender a demanda de famílias que necessitam ser acompanhadas, pois a realidade do município não coopera para que os serviços sejam oferecidos conforme a necessidade, pois o município é rural adjacente, tendo maior parte da população na zona rural, tendo boa parte da população mais longe da cidade dificultando o acesso de muitos usuários.

Os recursos da política pública de seguridade social, que abrange a assistência social de ser financiada com a participação de toda sociedade mediante recursos provenientes dos orçamentos da união, do Distrito Federal, dos estados e municípios.

Os recursos federais do financiamento da assistência social são alocados no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) os recursos do Distrito Federal e dos estados e municípios para o cofinanciamento são alocados respectivamente no Fundo Nacional de Assistência Social, Distrito Federal, Estados e Municípios.

3.2 FAMÍLIAS EM ESTADO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Neste momento é necessário conceituar sobre a pobreza, diante disso Pessanha (2022) afirma que a pobreza é o estado em que um indivíduo não consegue obter o acesso aos meios necessários para sua manutenção. A situação de privação que atinge numerosas pessoas no mundo pode ser percebida de forma contundente em diferentes contextos. No entanto, o estabelecimento de formas confiáveis de medição da pobreza é um empreendimento que desafia os pesquisadores.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011) o perfil da pobreza é realizado em perspectiva comparada. Não basta apenas conhecer o indicador dos pobres, é preciso conhecer o dos não pobres, principalmente daqueles que se encontram mais próximos da pobreza. Por definição, os não pobres não sofrem a insuficiência de renda, mas podem compartilhar insuficiências em outras dimensões.

Dessa forma Pessanha (2022) discorre a respeito de duas pobrezas distintas que são a pobreza absoluta e a pobreza relativa, onde a absoluta considera os fatores necessários à sobrevivência física do indivíduo. Essa abordagem não leva em consideração o contexto social, buscando analisar apenas se o indivíduo consegue acessar as necessidades relacionadas ao mínimo vital, já a relativa leva em conta o grau de privação existente em uma determinada sociedade. É uma definição feita em relação a um local e um momento específico.

Segundo Comerlatto e Lunelli(2014), compreende-se que a pobreza se expressa de diferentes maneiras, reflete dilemas e conflitos quando reconhecida sua existência, em cada realidade, culturas e épocas históricas. Percebe-se, porém, que compreender a pobreza por meio de comparativos de renda, crescimento e critérios econômicos não é suficiente para reduzir as desigualdades.

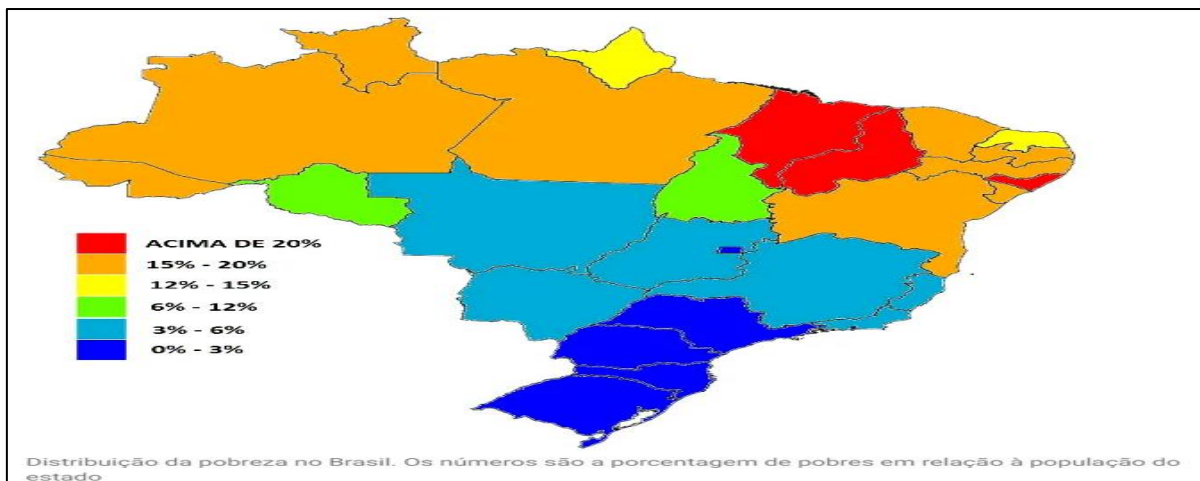
Sendo assim Prates (2016), explana que o assistente social, ao atuar com pessoas que vivem em situação de pobreza e miséria, convive com pessoas simples

Entretanto, Yazbek (2010) relata que:

a pobreza é parte da experiência diária do trabalho dos assistentes sociais. Convivemos muito de perto com a experiência trágica de pertencer às classes subalternizadas em nossa sociedade; conhecemos esse universo caracterizado por trajetórias de exploração, pobreza, opressão e resistência, observamos o crescimento da violência, da droga, e de outros códigos que sinalizam a condição subalterna: o desconforto da moradia precária e insalubre, as estratégias de sobrevivência frente ao desemprego, a debilidade da saúde, a ignorância, a fadiga, a resignação, a crença na felicidade das gerações futuras, o sofrimento expresso nas falas, nos silêncios, nas expressões corporais, nas linguagens além dos discursos.(YAZBEK, 2010. p. 153).

Segundo Guitarrara (2023) "A pobreza no Brasil tem origem estrutural, derivada de um processo de colonização pautado pela sociedade escravagista. Os programas de transferência de renda foram essenciais para a redução do contingente de pobreza no Brasil, embora a conjuntura econômica nacional e internacional possam ser responsáveis pela ampliação da população pobre no país."

Bezerra (2022) discorre que a pobreza do Brasil também revela as disparidades regionais devido aos anos de concentração da política e das indústrias no sul do país. Os estados do norte e nordeste têm os maiores índices de pobreza, e Maranhão, Piauí e Alagoas são aqueles que possuem a maior proporção de pobres.



BEZERRA, 2022. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/pobreza-no-brasil/>>. Acesso em 15 Mai.2023.

A mesma autora ainda afirma que no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social definiu que a linha de pobreza no Brasil é quem vive com uma renda de até 140 reais por mês. Mais de 28 milhões de brasileiros estão nessa condição.

Analisando esse mapa percebe-se que o Espírito Santo a população que vive em estado de pobreza é de 3% a 6%, e de acordo com G1(2022) o Estado do Espírito Santo possui uma população de 3.975.100(três milhões novecentos e setenta e cinco mil e cem) habitantes.

Do qual temos entre 119.253 a 238. 506 habitantes que vivem em estado de pobreza, número alarmante em se pensando no tamanho do Estado.

Agora nesse momento é necessário explicar sobre a vulnerabilidade social, para Jevoux et al(2019) É comum a vulnerabilidade ser referida apenas ao fator econômico, como sinônimo de baixa renda, mas as diversas manifestações de vulnerabilidades podem estar associadas a múltiplos e variados fatores, entre eles insuficiência de renda, tem-se a precarização das condições de trabalho, o desemprego, o não acesso ou o acesso restrito a serviços básicos de saúde, previdência, educação, assistência social entre outros, que caracterizam o atual estado de privação de direitos que atinge a população como um todo, mas com rebatimentos maiores sobre os pobres que são os que mais demandam proteção social.

Em 2011 criou-se o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com foco no enfrentamento da extrema pobreza, e no âmbito do qual o Cadastro Único foi definido como instrumento de identificação do público-alvo - houve uma ampliação do uso do Cadastro Único por outros programas sociais, bem como uma intensificação no processo de qualificação dos dados das famílias cadastradas. Em dezembro de 2015 estavam cadastradas mais de 27 milhões de famílias de baixa renda, sendo que mais de 70% delas tiveram atualização cadastral nos últimos dois anos, proporcionando informações para mais de 30 programas federais que se utilizam do Cadastro Único.

Diante disso houve cinco mudanças realizadas no Brasil sem miséria que alteraram e aceleraram o curso das políticas sociais no Brasil, em especial da Assistência Social, a saber:

- 1) o estabelecimento da linha de extrema pobreza como referencial para a articulação das políticas sociais voltadas à redução da pobreza; 2) o estabelecimento de meta de universalização dessas políticas para a população em situação de extrema pobreza; 3) a necessidade de mudança de postura do Estado – Estado Ativo, com base na compreensão de 11 que os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono,

desinformação e isolamento, detêm menores condições de exigir e acessar direitos; 4) o estabelecimento de um novo desenho para o Programa Bolsa Família, para complementar a renda das famílias de forma a garantir que - considerando a renda familiar e o benefício do Bolsa Família - nenhum brasileiro recebesse menos de R\$ 70 por mês; e, 5) a implementação de estratégia para ampliar a inclusão econômica das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, baseada na criação de oportunidades para empregos e empreendedorismo.(BRASIL, 2016.p. 12-13)

No período de 2011 a 2014, o Plano Brasil sem Miséria retirou da situação de extrema pobreza 22 milhões de pessoas. Em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, resultado estruturante que se relaciona tanto com as metas do I Plano Decenal quanto com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Segundo Aguiar e Costa (2022), diante desta realidade nefasta, percebemos que existem benefícios e programas ofertados pelo Governo que muitas famílias que se encontram na faixa da pobreza ou extrema pobreza desconhecem e não sabem que possuem o perfil para se encaixar em determinado projeto. Por isso esta intervenção se fez necessária e importante, pois possuir informação é um dos fatores fundamentais para que os direitos sejam reivindicados, a fim de possibilitar o desenvolvimento humano e assim se realize de forma crítica e consciente.

Segundo Abramovay (2002) a vulnerabilidade social começou a ser utilizada recentemente com o objetivo de ampliar as abordagens à situação de pobreza, não limitando à renda, e incluindo as interações sociais

Neste sentido o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam” (ABRAMOVAY, 2002, p. 34 e 35)

Para Semzezem e Alves (2013), quando se analisa o conceito de vulnerabilidade social pela ótica da política de assistência social, percebe-se que a pobreza é reconhecida como uma das condições que a caracterizam, mas a concepção de pobreza não se reduz somente à insuficiência de renda, posto que esta é desencadeadora de outras dimensões das necessidades humanas, assim, é necessário investigá-la como um fenômeno multidimensional e complexo.

Para Sposati (2009), estar em situação de vulnerabilidade social não significa, necessariamente, estar na linha da pobreza. Esta agrava as situações de vulnerabilidade, os riscos e as fragilidades, mas não se pode apontar que vulnerabilidades, riscos e fragilidades existem por causa da pobreza.

3.2.1 FAMÍLIAS ESTADO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL EM IRUPI-ES

Para melhor explicar os dados obtidos na pesquisa quantitativa, carecemos de percorrer um pouco a respeito do município de Irupi-ES, para compreender a situação econômica dos munícipes que residem no município.

Irupi-ES, está localizado na região do Caparaó do Espírito Santo, o município tem dois distritos e trinta e cinco comunidades. Segundo dados do IBGE (2020) o município possui uma população de 13.710 (treze mil setecentas e dez) habitantes.

Segundo IBGE (2022) em 2021, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 40 de 78 e 73 de 78, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3288 de 5570 e 3557 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 28 de 78 dentre as cidades do estado e na posição 3032 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Ao analisarmos esses dados percebe-se que famílias residentes no município de Irupi-ES, passam necessidades, pois atualmente com meio salário mínimo não conseguimos fazer “nada” ainda mais o Brasil sendo um país inflacionário, necessitando assim de inserção cada vez mais das famílias nas políticas públicas.

A principal fonte de economia do município de Irupi-ES é a cafeicultura onde a área ocupada com lavouras de cafeeiro arábica equivale a 45,6% do território irupiense, o cultivo do cafeeiro é realizado predominantemente por agricultores familiares, os quais administram as propriedades com recursos humanos próprios, mas eventualmente realizam a contratação de mão de obra no período da colheita. As principais formas de uso da terra são firmadas por meio dos contratos de arrendamento, comodato e de forma mais comum as parcerias agrícolas em que os parceiros/meeiros são responsáveis pelos tratamentos culturais e colheita. (INCAPER,2022)

Dessa forma percebe-se que mais gera emprego as famílias é justamente a safra do café, que dura cerca de seis meses, ou seja, durante esses 6 meses as famílias apostam tudo e trabalham com intuito de não deixar faltar nada dentro da sua residência, mas sabe-se também que a safra de café é sazonal, ou seja, em um ano produz muito e no outro produz menos.

4 RESULTADOS

Agora faz necessário explicar números a respeito das famílias que vivem na pobreza ou em vulnerabilidade no município de Irupi-ES, para isso foi necessário realizar uma entrevista com a Assistente Social do município de Irupi-ES, para mencionar a quantidade de família que se encontram nessa situação para isso foi necessário pegar os dados dos últimos 3 anos.

Veja abaixo o gráfico abaixo.



Gráfico 1: Famílias em estado de extrema pobreza no município de Irupi-ES: Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Ao analisar esse gráfico pode perceber o número de famílias em estado de pobreza e vulnerabilidade do município teve um aumento de um ano para o outro aproximadamente 361 %.

No entanto, levando ainda em consideração os dados do IBGE de 2022 que referenciava que cerca de 37,8% da população viviam com cerca de meio salário mínimo, percebe-se que esse número de famílias que participam do PAIF, poderia ser maior ainda.

Um fator relevante para esse acontecimento é que muitas pessoas que se enquadram nesses programas não sabem dos seus direitos, e de que forma solicitar tais benefícios.

Para uma melhor compreensão a respeito do trabalho realizado pela assistente social no município de Irupi-ES, foi necessário elaborar um questionário qualitativo contendo 12 perguntas de múltipla escolha a respeito dos programas ofertados pelo CRAS do município acima mencionado.

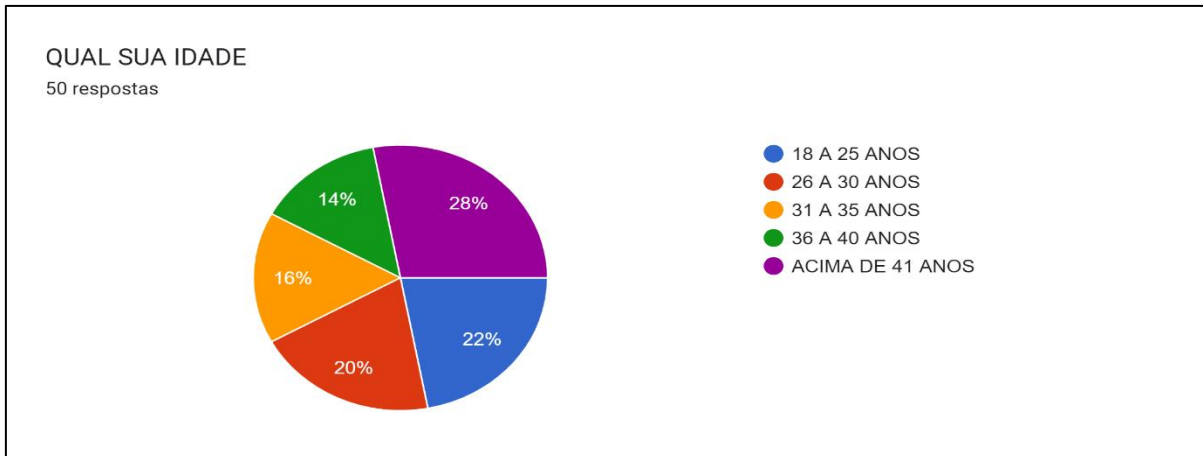


Gráfico 2: Idade dos participantes da pesquisa.

Nota-se que essa pesquisa não focou somente em um público alvo, essa pesquisa foi delimitada para compreender a situação do município de Irupi-ES, ou seja, todos os participantes dessa pesquisa residem no município.

Nos gráficos 3, 4 e 5 vamos compreender a respeito do estado civil dos participantes da pesquisa, se os mesmos tem filhos e sobre a renda mensal da família.

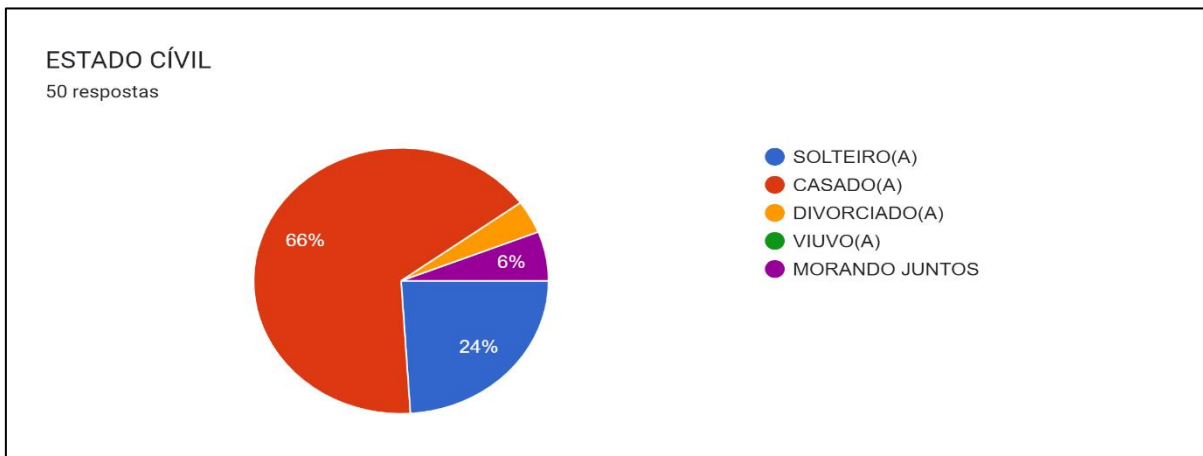


Gráfico 3: Estado Civil dos participantes da pesquisa.

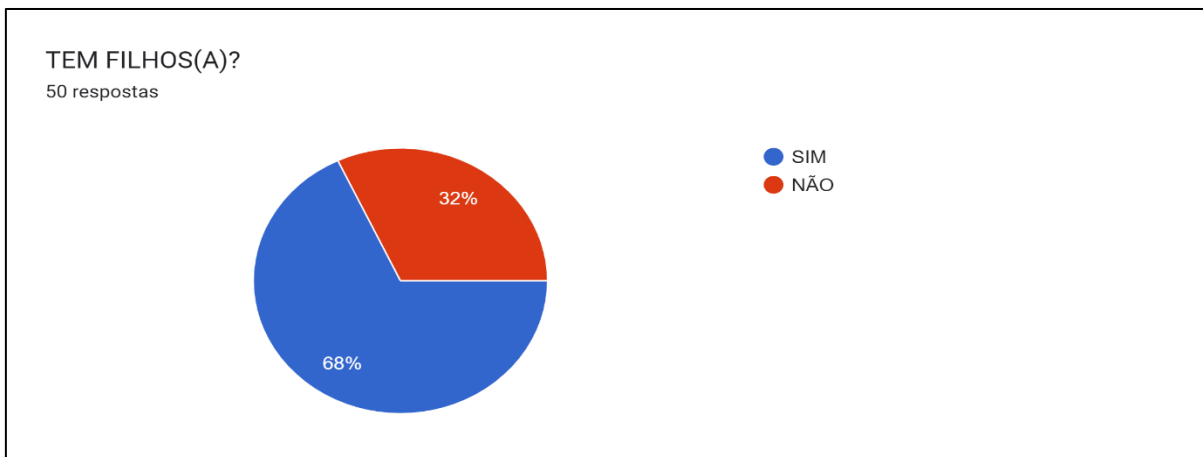


Gráfico 4: Participantes da pesquisa que tem filhos.

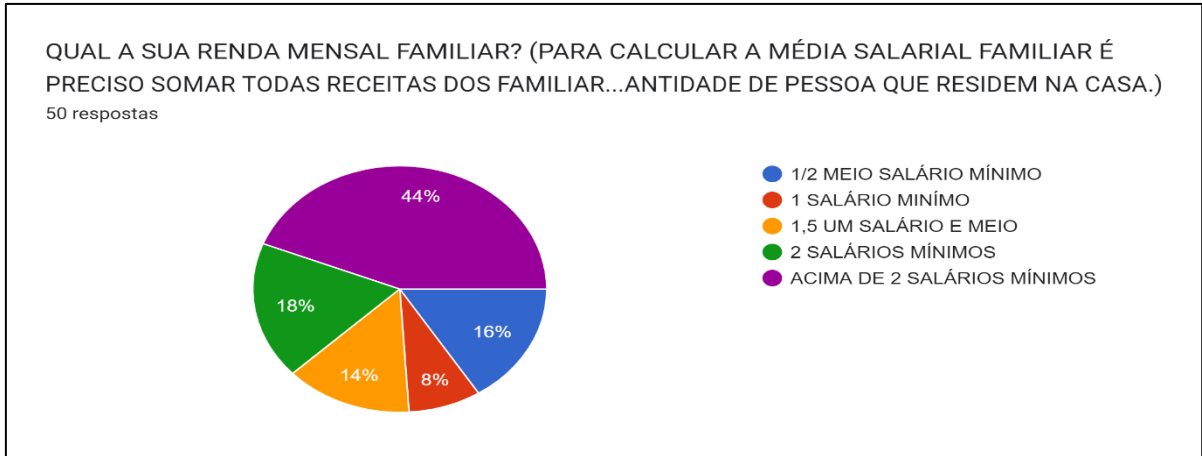


Gráfico 5: Renda Mensal dos participantes.

Ao analisar os gráficos acima percebe-se que a grande maioria dos participantes são casado e tem filho, entretanto no gráfico 5 chama muita atenção, pois cerca de 8 % dos participantes tem renda mensal mínima, dessa forma, entende-se que é necessário ter um cuidado especial com essa família, uma vez que essa família tem uma grande probabilidade de passar por dificuldade mensalmente.

Segundo Souza (2017) Uma pesquisa divulgada em julho de 2017 divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que o salário mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 3.810,36. O montante é quatro vezes maior do que o valor atual do mínimo brasileiro.

Através dessa afirmativa, conclui-se que essa família ela pode ser contemplada com o programa do Cad único.

Nos gráficos 6 e 7 vamos justamente discorrer a respeito do programa acima mencionado que a família que participou da pesquisa pode ser encaixada por sua renda mensal ser um salário mínimo.

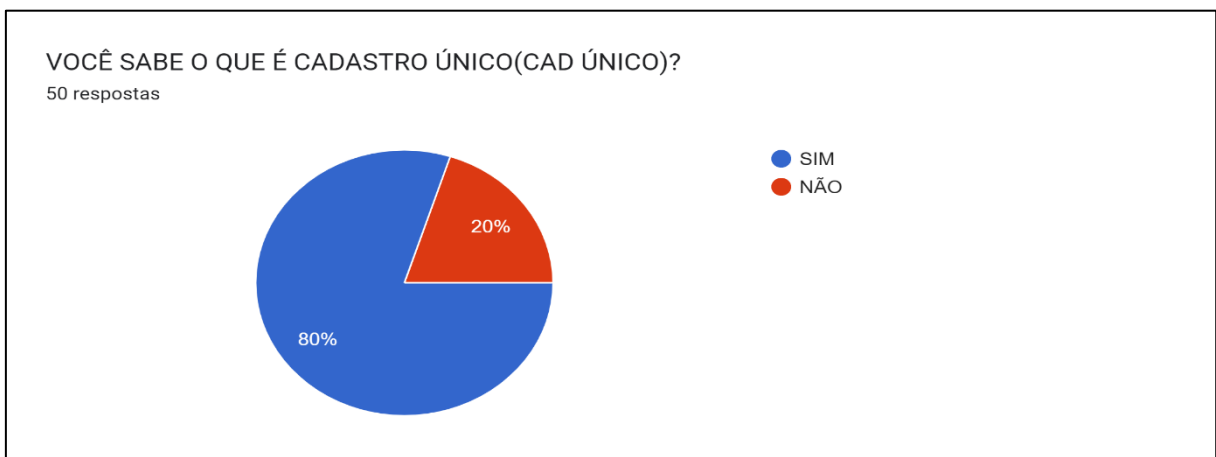


Gráfico 6: Pergunta sobre o Cadastro único se os participantes sabem o que é o cadastro único.

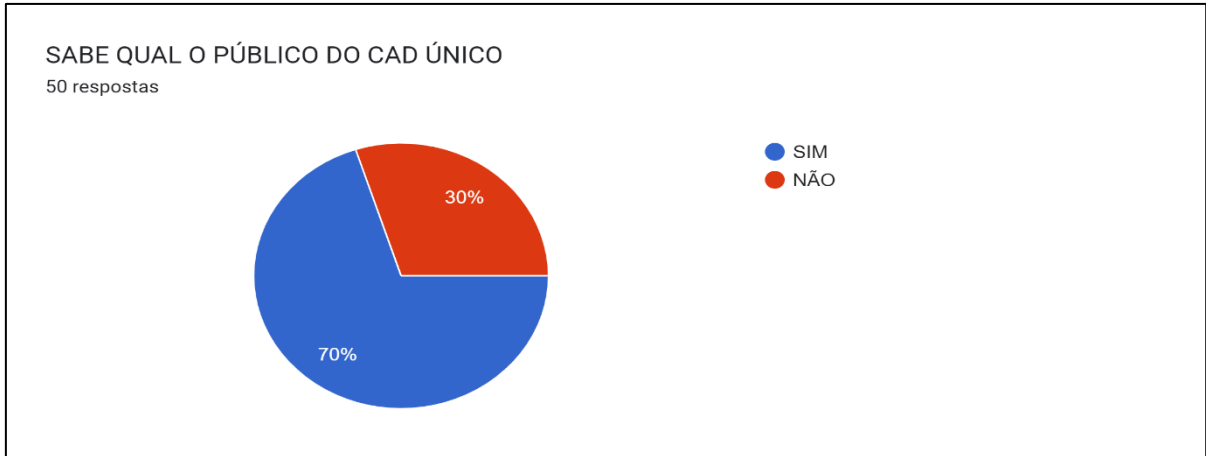


Gráfico 7: Se os participantes sabem o público alvo do Cadastro Único.

Ao analisar os gráficos nota-se que 20% dos participantes da pesquisa não compreendem o que é cadastro único e qual seu público alvo.

Segundo Brasil (2020) o Cadastro Único:

É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família, e o seu público alvo são todas as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, que possuam, renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo. (BRASIL, 2020).

Agora no gráfico 8 e 9 tem como objetivo entender se todos os participantes da pesquisa sabem onde é localizado CRAS do município e quais os benefícios ofertados pelo CRAS.

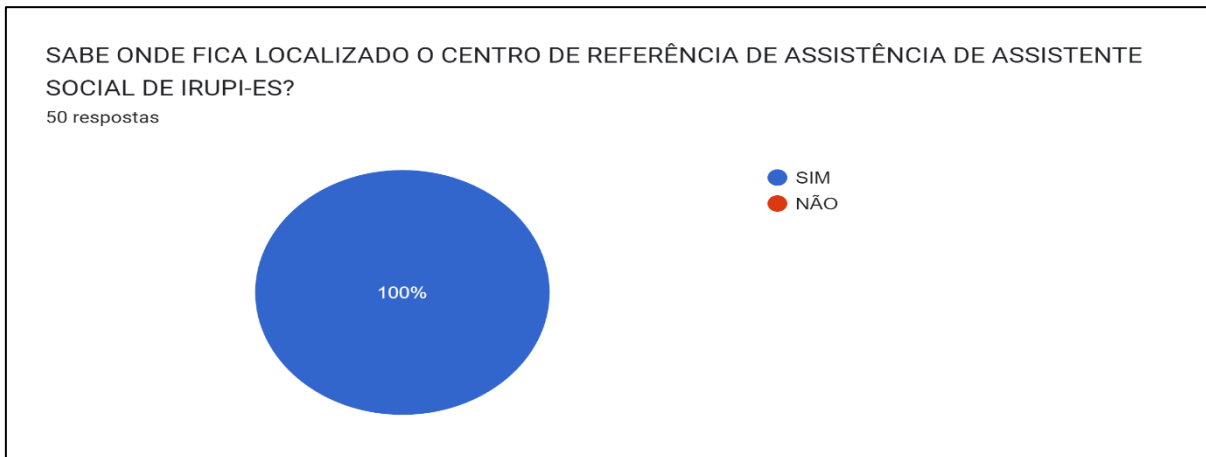


Gráfico 8: Participantes sabem onde fica localizado o Centro de Referência de Assistente Social(CRAS) no município de Irupi-ES.

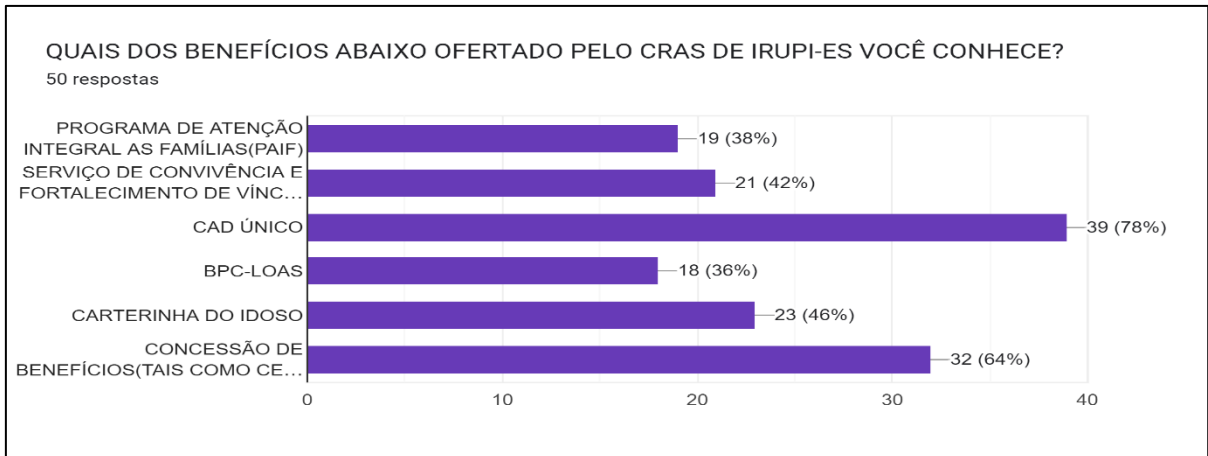


Gráfico 9: Benefícios ofertado pelo CRAS.

Nota-se que os todos os participantes da pesquisa sabem onde é fica localizado o CRAS no município, no entanto o principal benefício ofertado pelo CRAS que os participantes da pesquisa conhecem é o Cad Único, cerca de 78 %.

Entretanto, nota-se os benefícios menos conhecido pelos participantes são BPC LOAS e PAIF respectivamente, porém sabe-se que um dos benefícios que ajuda a família a enfrentar a pobreza e a vulnerabilidade social é justamente o PAIF, diante disso compreende-se que muitas famílias podem estar vivendo em situação de pobreza ou vulnerabilidade social e não entende os programas que podem auxiliar no combate à pobreza e vulnerabilidade, dessa maneira percebe-se que é de suma importância promover ações para explanar a respeito dos benefícios ofertados pelo CRAS, bem como a família pode participar, ou seja, o público alvo apto a receber os benefícios.

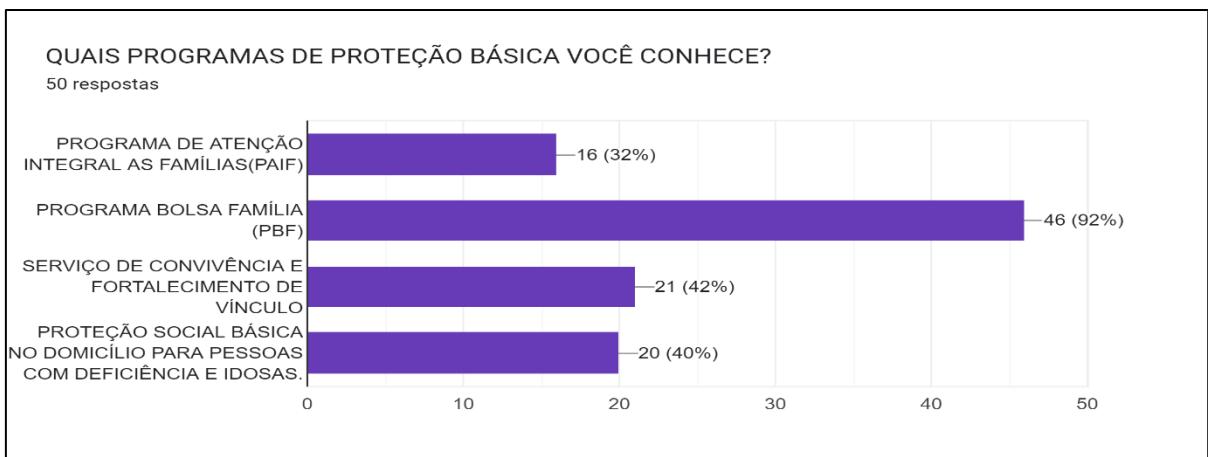


Gráfico 10: Quais Programas de Proteção Básica que os participantes da pesquisa conhecem.

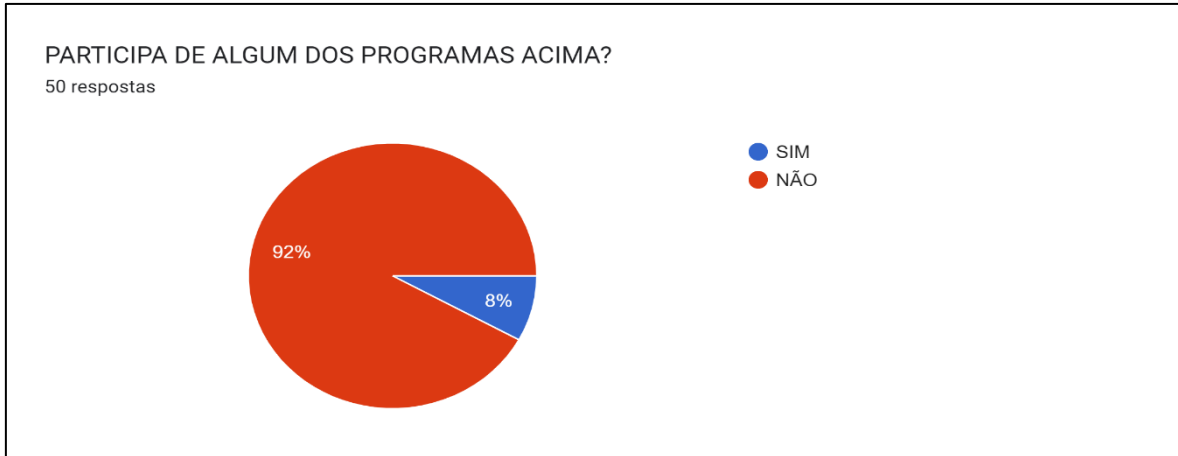


Gráfico 11: Participantes da pesquisa que participa de algum dos programas do gráfico 10.

Nota-se ao analisar os gráficos 10 e 11 que os programas de proteção básica que os participantes da pesquisa conhece é Programa Bolsa Família, o motivo dessa resposta trata-se que é um dos programas mais falados na mídia, principalmente após o período da pandemia que aumentou o valor do recebido pela família.

Para Valinor(2023) O Bolsa Família é um programa do governo federal de transferência direta e indireta de renda. Ele é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no país. Seu objetivo é garantir uma renda básica a essas pessoas, integrando políticas públicas de assistência social, educação, saúde, emprego e renda.

No entanto o mesmo autor ainda ressalta que:

O Bolsa Família, chamado de Auxílio Brasil em 2022, começou com pagamentos no valor de R\$ 400 e passou para R\$ 600, pagos até dezembro de 2022, com a aprovação da PEC Kamikaze.

Com a mudança de governos em 2023, o programa voltou a se chamar Bolsa Família e o valor mínimo foi mantido em R\$ 600. Também foram mantidos o bônus de R\$ 150 para cada criança de até 7 anos que faça parte do programa, e foi dado o adicional de R\$ 50 por integrante da família com idade de 7 a 18 anos ou gestante. Além disso, o valor extra de R\$ 50 por membro da família com até 7 meses incompletos. (VALINOR, 2023).

No entanto, no gráfico 11 mostra que apenas 8% dos participantes da pesquisa participa dos programas de proteção básica.

Nos próximos dois gráficos vamos abordar a respeito de família que vivem em estado de pobreza e vulnerabilidade social e se os participantes sabem de algum caso de estado de pobreza e vulnerabilidade e se já procuraram ajudar essas famílias indicando a Assistente Social.

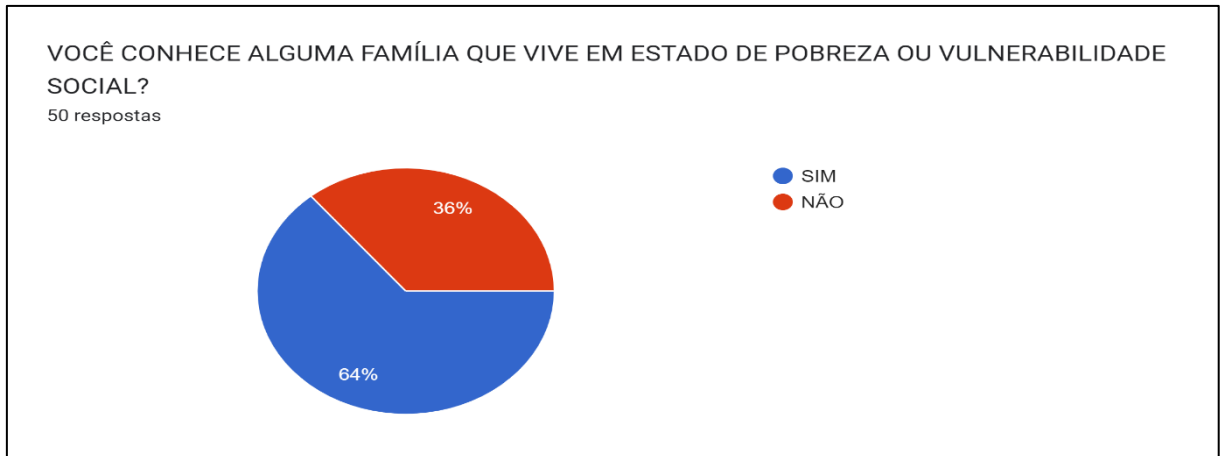


Gráfico 12: Participantes conhecem alguma família que vive em estado de pobreza ou vulnerabilidade social.

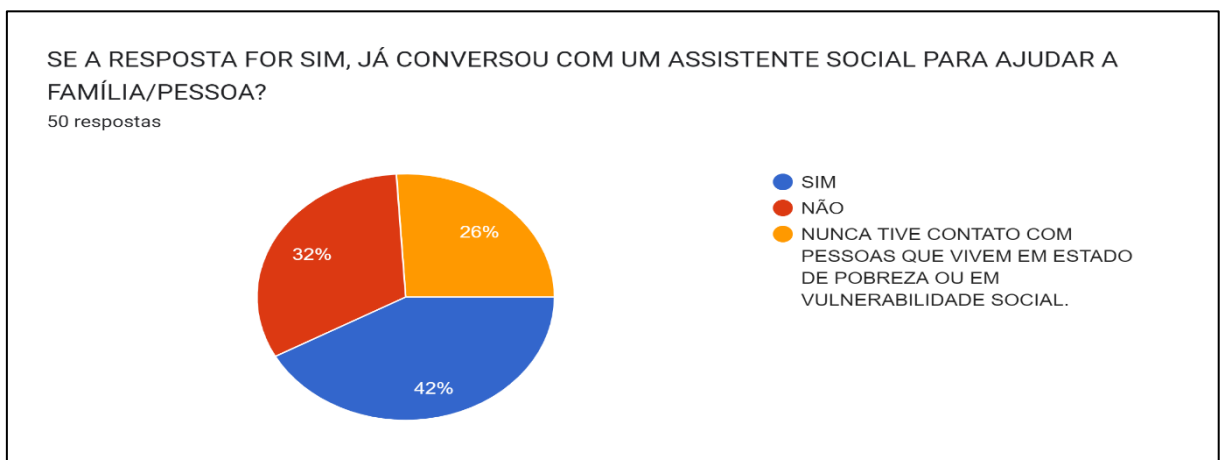


Gráfico 13: Participantes que procuraram Assistente Social para ajudar as famílias que vivem na pobreza ou em vulnerabilidade social.

Percebe-se ao analisar o gráfico 12 que 64% dos participantes conhecem famílias que vivem em estado de pobreza ou vulnerabilidade social e que 42% dos mesmos participantes procuraram conversar com Assistente Social para ir ao encontro dessas famílias, isso é um fator primordial no enfrentamento a pobreza e vulnerabilidade social, o ser humano se compadecer com o próximo e procura-lo ajudar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho de conclusão de curso, foi possível compreender a respeito da origem do serviço social que é uma das práticas mais antigas entre os seres humanos, onde a solidariedade era uma das principais ações.

Dessa forma entende-se que a origem do serviço social surgiu dentro da igreja católica com objetivo de preparar a massa operária para o capitalismo social. No entanto, a profissão de serviço social foi institucionalizada em 1920 após a 1 guerra mundial.

No Brasil o serviço social surgiu na década de 30 e o objetivo era controlar as insatisfações populares dos trabalhadores, ou seja, o serviço social tinha cunho conservador, ao passar do tempo, a função do assistente social sofreu algumas mudanças, diante dessas mudanças o serviço social passou a ser regulamentado pela Lei Nº 8662/1993 onde estabelece competências e atribuições do Assistente Social norteando o trabalho do profissional, uma das suas principais atribuições é atuar no combate às desigualdades sociais.

Pensando nesse fator de combater as desigualdades foi possível compreender através dos programas e benefícios ofertados pelo Centro de Referência de Assistência social - CRAS é possível combater à pobreza e vulnerabilidade social no município de Irupi-ES.

Para entender esse contexto de pobreza e vulnerabilidade elaborou-se um questionário contendo 12 perguntas com intuito de concernir a respeito da pobreza e vulnerabilidade social enfrentada pelo município de Irupi-ES, no entanto, verificou-se que entre os anos de 2021 a 2022 o número de famílias que eram atendidas pelo CRAS em estado de pobreza e vulnerabilidade subiu drasticamente.

Ao aplicar o questionário qualitativo percebeu-se que o Cadastro único é um dos principais benefícios que os participantes da pesquisa conhecem e que o programa de proteção básica mais conhecido é o programa bolsa família.

Todavia, sabe-se que existem vários programas e benefícios para o enfrentamento da pobreza e vulnerabilidade social no município, porém por não ser divulgado em tal intensidade, muito desses programas não são reconhecidos pela população.

Conclui-se então que é necessário fazer intervenção para melhor divulgar os programas e benefícios para o enfrentamento da pobreza e vulnerabilidade social,

principalmente no município de Irupi-ES, que é um município que tem sua principal fonte de renda o cultivo de café e que muitas famílias no município sobrevivem com um salário mínimo e por não saber os seus direitos não participam dos programas ofertados pelo CRAS do município.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian et al. Juventude, **Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127138>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

AGUIAR, Jessica Soraya Martins de. COSTA, Geisa Carla dos Santos. **Atuação Do Assistente Social: A Informação Como Garantia De Direitos**. 2022. Disponível em < <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/23903/1/JESSICA%20E%20GEISA%20FINAL.pdf>>. Acesso em 11 Mai. 2023.

BEGNAMI, Débora Franca. **Análise crítica da atuação profissional da/o assistente social no CRAS – São Cristovão**. Monografia, 2019. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em < https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1822/6/MONOGRAFIA_An%c3%a1liseCr%c3%adticaAtuac%c3%a3o.pdf>. Acesso em 06 Mai. 2023.

BEZERRA, Juliana. **Pobreza no Brasil**. 2022. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/pobreza-no-brasil/>>. Acesso em 15 Mai. 2023.

BRASIL. (2004). **Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. Cadastro Único. Caixa. 2020. Disponível em <

BRASIL. **Centro de Referência de Assistência Social – Cras**. 2019. Disponível em < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em 06 Mai. 2023.

BRASIL. Centro de Referência de Assistência Social – Cras. 2019. Disponível em <

BRASIL. **II PLANO DECENAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (2016/2026) “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”**. 2016. Disponível em < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Planos_Decenais_AssistenciaSocial.pdf>. Acesso em 11 Mai. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. 2023. Disponível em < <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/tire-as-duvidas-sobre-o-programa-de-transferencia-de-renda-do-governo-federal>>. Acesso em 15 Mai. 2023

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009. Disponível em < https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em 08 Mai. 2023.

BRASIL. **Taxas de pobreza no Brasil atingiram, em 2021, o maior nível desde 2012**. 2023. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13509-taxas-de-pobreza-no-brasil-atingiram-em-2021-o-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em 15 Mai. 2023.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2014. Disponível em < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em 08 Mai. 2023.

BRASÍLIA, **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. – PAIF, Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional Sistema Único de Assistência Social**, 1ª ed. 2012.

CARVALHO, Graziela Figueiredo. **Efetividade Dos Direitos Sociais: O Direito À Assistência Social**. 2008. Disponível em < https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/dir/relatorio_graziela.pdf>. Acesso em 15 Mai. 2023.

COMERLATTO, Dunia. LUNELLI, Luciana. **Política de Assistência Social no Enfrentamento da Pobreza: estratégias e conceituação**. 2014. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321531779005.pdf>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

COSTA, Júlia Maria Aragão. **A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS**. 2017. Disponível em < https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/files/migrados/File/2017/proce p/paideia/Artigo_Julia_1.pdf>. Acesso em 31 Out. 2023.

COSTA, Julia. M.A. **A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS**. 2016. Disponível em < https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/files/migrados/File/2017/proce p/paideia/Artigo_Julia_1.pdf>. Acesso em 14 Abr. 2023.

COUTO, B. Rojas; YASBEK, M. Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o Suas**: apresentando e problematizando

fundamentos e conceitos."In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010, p.32-63.

EUGÊNIO, Aparecida Vieira Souza. GONZAGA, Mary Lucy de Souza. **A atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistencial Social-CRAS**. 2019. Disponível em < <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1669/2467>>. Acesso em 15 Abr. 2023.

FERREIRA, Gabi. **Faculdade de serviço social em Recife**.2023 Disponível em < <https://agendadorecife.com.br/faculdade-de-servico-social-em-recife/>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

FREITAS, Anderson Nayan Soares de. **Serviço Social, “Questão Social” E Lutas Sociais No Brasil: Do Império A Contemporaneidade**. 2018. Disponível em< <file:///C:/Users/Junior/Downloads/ekeys,+SERVI%C3%87O+SOCIAL,+%E2%80%9CQUEST%C3%83O+SOCIAL%E2%80%9D+E+LUTAS+SOCIAIS+NO+BRASIL+DO+IMP%C3%89RIO+A+CONTEMPORANEIDADE.pdf>>. Acesso em 06 Mai. 2023.

G1. **ES tem quase 4 milhões de moradores, aponta prévia do Censo 2022**. 2022. Disponível em < <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/12/28/previa-do-censo-2022.ghtml>>. Acesso em 15 Mai. 2023.

GIMENEZ, Denis Maracci. **Política social e desequilíbrios regionais no Brasil em tempos de crise**. 2017. Disponível em < <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3530/TD301.pdf>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

GUITARRARA, Paloma. **"Pobreza no Brasil"; Brasil Escola**.2023. Disponível em < <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/pobreza-no-brasil.htm#:~:text=A%20pobreza%20no%20Brasil%20%C3%A9,dos%20fatores%20definidores%20de%20pobreza>>. Acesso em 15 Mai. 2023.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8^a ed. São Paulo. Cortez. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007 p.27.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados. Irupi-ES**. 2022. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/irupi/panorama>>. Acesso em 31 Out. 2023.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural- PROATER 2020- 2023- IRUPI**. 2022. Disponível em < <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/lrupi.pdf>>. Acesso em 31 Out. 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. **Perfil Da Pobreza No Brasil E Sua Evolução No Período 2004-2009**. 2011. Disponível em < <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91289/1/667452419.pdf>>. Acesso em 18 Abr. 2023.

JEVOUX, Vitória Baptistelli. Et al. **A Política De Assistência Social E Os Conceitos De Vulnerabilidade Social E Risco Social**. 2019. Disponível em < <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1044/1020>>. Acesso em 10 Mai. 2023.

KNISS, Andressa Buttore. **O que é pesquisa qualitativa?** 2022. Disponível em < <https://ibpad.com.br/politica/o-que-e-pesquisa-qualitativa/>>. Acesso em 11 Nov. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009.

MORAES, Vanira Santos De. **Os Desafios E As Possibilidades De Intervenção Do Serviço Social No CRAS Junto Às Famílias Em Situação De Vulnerabilidade Social**. 2021. Disponível em < <https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/tccs-graduacao/VANIRA-VERSAO-FINAL-28-11.pdf>>. Acesso em 06 Mai. 2023.

OLIVEIRA, E. M. A. P. CHAVES, Helena Lucia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão**. 2017. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

OLIVEIRA, Simone Silva. SILVA, Sueli Vieira. **A Atuação Do Assistente Social No Cras, Possibilidades E Desafios Para A Efetivação Do Projeto Ético Político**. 2016. Disponível em < <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/552/1/TCC%20SIMON%20E%20SUELI.pdf>>. Acesso em 06 Mai. 2023.

PESSANHA, Laiz Monteiro. **O que caracteriza a pobreza? Entenda o conceito**. 2022. Disponível em < <https://www.politize.com.br/conceito-de-pobreza/>>. Acesso em 18 Abr. 2023.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **A origem do Serviço Social**. 2022. Disponível em < <https://blog.portaleducacao.com.br/a-origem-do-servico-social/#:~:text=O%20servi%C3%A7o%20social%20teve%20suas,%E2%80%93%20econ%C3%B4mico%20%E2%80%93%20pol%C3%ADtico%20da%20%C3%A9poca>>. Acesso em 15 Abr. 2023.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **O Exercício Profissional Do Assistente Social: A Garantia De Direitos Sociais Em Políticas De Combate À Pobreza No Centro Sul Do Estado Do Paraná**. 2016. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177586/346482.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 11 Mai. 2023.

SEMZEZEM, Priscila. ALVES, Jolinda de Moraes. **Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social**. 2013. Disponível em < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16115/14627>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

SILVA, Italla Isabelle Dedes da. **A Atuação Do Assistente Social Nos Programas E Projetos Direcionados À Criança E Ao Adolescente No Centro De Referência Da Assistência Social - CRAS Francisca Do Socorro Em Milagres- Ceará**. 2012. Disponível em < <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/SERVICOSOCIAL/S188.pdf>>. Acesso em 08 Mai. 2023.

SILVEIRA, Daniel. **Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE**. 2022. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em 15 Mai. 2023.

SOUZA, Felipe. **'Você compra remédio ou comida': as escolhas das famílias que vivem com um salário mínimo em SP**. 2017. Disponível em < <https://www.terra.com.br/economia/voce-compra-remedio-ou-comida-as-escolhas-das-familias-que-vivem-com-um-salario-minimo-em-sp,b33ec36461e4cfa4f892df5f59bc9faap1q7i4uq.html>>. Acesso em 13 Nov.2023.

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

TORRES, Ana Cleide. **Novo Bolsa Família; conheça as regras e o que mudou no programa**. 2023. Disponível em < <https://macapa.ap.gov.br/novo-bolsa-familia-conheca-as-regras-e-o-que-mudou-no-programa/#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Brasil%2C%20novo%20programa,fam%C3%ADlias%20em%20todo%20o%20Brasil.>>. Acesso em 15 Mai. 2023.

VALINOR, Rodrigo. **Calendário Bolsa Família 2023: confira os pagamentos de outubro.** 2023. Disponível em <

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e pobreza.** 2010. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rk/a/n5fRj6CbctszwBsnzvNyVpc/?format=pdf&lang=pt>>. p. 153. Acesso em 11 Mai. 2023.